



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 75/2026

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região realizará Dispensa Eletrônica, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: **16/07/2026**.

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: **08:00 às 14:00h**.

UASG: **080013**, Dispensa Eletrônica nº: **75/2026**, Processo CD nº: **9030/2026**

Acompanhamento: informações sobre o andamento da Dispensa Eletrônica e da efetiva contratação podem ser obtidas na página do Tribunal na Internet: <https://portal.trt12.jus.br/compra-direta>

Participação exclusiva de interessados enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

- 1.1. O objeto da presente dispensa segue detalhado no item 4 do Termo de Referência anexo ao presente Aviso de Contratação Direta.

Item	Especificação	Quantidade	Unid. Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Aquisição de dinamômetro profissional destinado à mensuração de força muscular (preensão manual e/ou tração), a ser utilizado em testes de avaliação física dos Policiais Judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.  <b>Especificações Técnicas Mínimas</b>  O equipamento ofertado deverá atender, no mínimo, às seguintes características:  <b>Tipo de Equipamento</b>	1	Peça	4.581,48	4.581,48



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

<ul style="list-style-type: none"><li>● Dinamômetro hidráulico de mão;</li><li>● Equipamento portátil;</li><li>● Operação mecânico-hidráulica, sem necessidade de alimentação elétrica ou bateria para funcionamento principal.</li></ul> <p><b>Faixa de Medição</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Capacidade mínima de medição: 0 kgf a 90 kgf;</li><li>ou</li><li>● Escala equivalente em libras (lbs), com capacidade mínima de 200 lbs.</li></ul> <p><b>Precisão</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Precisão mínima de <math>\pm 2\%</math> da leitura;</li><li>● Resolução mínima de 1 kgf ou equivalente.</li></ul> <p><b>Mostrador</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Mostrador analógico de fácil leitura;</li><li>● Escala graduada em kgf e/ou lbs;</li><li>● Ponteiro de retenção de pico (“peak hold”) ou função equivalente para registro do maior valor aplicado</li></ul> <p><b>Empunhadura</b></p> <p>Manopla ergonômica;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Ajuste de empunhadura em múltiplas posições, mínimo de 5 regulagens, permitindo adaptação a diferentes tamanhos de mãos;</li><li>● Estrutura resistente à deformação e ao desgaste.</li></ul> <p><b>Construção e Material</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Corpo fabricado em aço, alumínio, liga metálica de alta resistência ou material equivalente;</li></ul>				
--	--	--	--	--



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

<ul style="list-style-type: none"><li>● Sistema hidráulico selado;</li><li>● Acabamento resistente à corrosão e ao uso contínuo</li></ul> <p><b>Ergonomia e Segurança</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Design anatômico para uso ambidestro;</li><li>● Bordas arredondadas e superfície que minimize desconforto durante o uso;</li><li>● Operação segura, sem risco de vazamento hidráulico em condições normais de utilização.</li></ul> <p><b>Requisitos de Desempenho</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Permitir medições repetitivas com estabilidade de leitura;</li><li>● Possuir desempenho adequado para uso profissional intensivo;</li><li>● Ser apropriado para avaliações clínicas, ocupacionais ou esportivas;</li><li>● Possibilitar higienização simples e segura.</li><li>● Essencial para diagnósticos precisos em laudos ergonômicos e evolução funcional.</li></ul> <p><b>Acessórios e Itens Inclusos</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Estojo ou maleta para transporte e armazenamento;</li><li>● Manual de instruções em português;</li><li>● Certificado de calibração ou declaração de conformidade do fabricante;</li><li>● Garantia mínima de 06 (seis) meses.</li><li>● Assistência técnica no Brasil</li></ul>				
--	--	--	--	--

- 1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico e as constantes do termo de referência, prevalecerão as do termo de referência.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 1.4. Por se tratar de aquisição com valor estimado de até R\$80.000,00 a disputa deverá ser feita exclusivamente para ME/EPP.
- 1.5. Informações técnicas referente ao objeto deverão ser obtidas junto à Secretaria de Segurança Institucional - SSI, com o servidor Claudionor da Silva, no horário das 12h às 19h, pelo telefone 48-3216-4013, pelo e-mail [ssi@trt12.jus.br](mailto:ssi@trt12.jus.br)

## **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1.A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras.gov.br, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

- 2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2.Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
  - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
  - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.2.5. sociedades cooperativas.

### 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1.O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2.O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.3.Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4.Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 3.7.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que prevê o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens e/ou executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8.Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.9.No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - 3.9.2.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  - 3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
  - 3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
  - 3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
  - 3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

## 4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R \$0,01 (um centavo)*.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
  - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
  - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
  - 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance, e de documentos complementares, constantes do Termo de Referência, se necessário.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 5.5.1. contiver vícios insanáveis ou desconformidades com as exigências deste Aviso e seus anexos;
  - 5.5.2. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será solicitada a manifestação escrita da área técnica ou demandante, conforme o caso.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no **Anexo I - Documentação Exigida para Habilitação** e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 6.2.1.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## 7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida a nota de empenho.
- 7.2. A nota de empenho será publicada no site deste Tribunal no endereço eletrônico URL <https://portal.trt12.jus.br/compra-direta>
- 7.3. A comunicação da publicação da(s) Nota(s) de Empenho será feita exclusivamente para o endereço de correio eletrônico, informado pelo fornecedor na proposta, constando o prazo e endereço de entrega do objeto da contratação.
- 7.4. O Aceite da Nota de Empenho emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 7.4.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.5. Para emissão da nota de empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, referente ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2.O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - 8.2.1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 8.2.2. Multa de mora e por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12, conforme especificado no Termo de Referência;
    - 8.2.2.1. Multa de mora de 0,3% por dia sobre o valor do item em atraso, limitada a 10% do valor do item, sem prejuízo das demais sanções. Em caso de atraso superior a 30 dias, poderá a Administração, a seu critério, declarar a inexecução contratual.
    - 8.2.2.2. Multa por inexecução parcial de 5% sobre valor total do contrato.
    - 8.2.2.3. Multa por inexecução total de 15% sobre o valor total do contrato.
    - 8.2.2.4. Multa de 1% do valor da nota fiscal, pela não manutenção da regularidade fiscal e trabalhista durante a vigência da contratação, cujo valor será retido dos créditos da empresa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.
  - 8.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - 8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados, previsto na Lei 13709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, incidirá nas seguintes penalidades:
- 8.5.1. até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, **na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual**. Serão aplicadas por ocorrência, aplicando em dobro nos casos de reincidência, não excluindo a responsabilidade da empresa pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD ;
  - 8.5.2. até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, **na hipótese de do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros**. Serão aplicadas por ocorrência, aplicando em dobro nos casos de reincidência, não excluindo a responsabilidade da empresa pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.
- 8.6. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e Portaria Presi 340/2022.

8.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

### 9. DA ENTREGA DO OBJETO

- 9.1. Após a disponibilização da Nota de Empenho, o objeto da presente licitação deverá ser entregue pelo licitante vencedor:
  - 9.1.1. Na sede principal do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região: Rua Esteves Júnior, 395, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-905
  - 9.1.2. no prazo de **30 dias**, a contar da comunicação, **por e-mail**, da divulgação da Nota de Empenho no site <https://portal.trt12.jus.br/compra-direta>
  - 9.1.3. Durante o recesso regimental, entre os dias 20 de dezembro e 06 de janeiro, os prazos de entrega ficam suspensos, continuando a contagem a partir do primeiro dia útil seguinte.
- 9.2. Os prazos de adimplemento das obrigações admitem prorrogação nos casos de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere as condições de execução ou entrega, ou de impedimento de execução do objeto por fato ou ato da Administração ou de terceiro, comprovado por documento contemporâneo à sua ocorrência, devendo a solicitação ser apresentada até o vencimento da obrigação.
  - 9.2.1. Eventual solicitação de prorrogação de prazo de execução ou entrega deverá ser endereçada à Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC por meio de mensagem eletrônica para o endereço [clc@trt12.jus.br](mailto:clc@trt12.jus.br)
- 9.3. O contratado deverá atender às condições previstas na Resolução nº 310, de 24 de setembro de 2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, que trata das diretrizes de sustentabilidade nas contratações.

### 10. DO PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos serão realizados na forma do SIGEO JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 10.1.1. Para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);
- 10.1.2. É de exclusiva responsabilidade da Contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo ao Contratante quaisquer responsabilidades pela falta de juntada ao sistema no prazo;
- 10.1.3. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do email seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059.
- 10.1.4. As notas fiscais deverão ser juntadas pela Contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira e os documentos exigidos no edital e no contrato deverão ser encaminhados ao Núcleo de Análise e Liquidação da Despesa – NULAD.
- 10.1.5. Os procedimentos para cadastramento junto ao portal do SIGEO JT estão disponíveis neste endereço eletrônico, <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda/kb/primeiro-acesso/>
- 10.1.6. O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis do Termo de Recebimento Definitivo. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência;

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1.O procedimento será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 11.2.No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
  - 11.2.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;
  - 11.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
    - 11.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - 11.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 11.3.As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 11.4.O tratamento dos dados pessoais coletados em decorrência da presente contratação está em integral conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).
- 11.5.Especialmente em relação à proteção e às finalidades de utilização, o tratamento desses dados prescinde de consentimento do titular, inclusive para eventual compartilhamento, e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 11.6. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 11.7. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 11.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 11.9. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 11.10. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.11. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.12. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 11.13. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.
- 11.14. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 11.15. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.15.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
  - 11.15.2. ANEXO II - Modelo de proposta;
  - 11.15.3. ANEXO III - Termo de Referência.

Florianópolis, 10 de julho de 2026.

**Andreia Hawerroth Exterkötter**  
**Diretora da CLC**

**Maurício Luiz Moresco**  
**Seção de Compra Direta**



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**1 Habilitação jurídica:**

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**2.5** Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* serão dispensadas nas contratações para entrega imediata e nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa, conforme artigo Art. 70, III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

**DADOS DA PROPONENTE**

Razão Social:	
CNPJ:	ME/EPP ( ) sim ( ) não
Fone:	E-mail:
Endereço:	
Cidade/UF:	CEP:

**DADOS BANCÁRIOS DA PROPONENTE**

<b>Banco:</b>	Os dados bancários indicados deverão ser, necessariamente, do proponente. Não serão realizados pagamentos em conta bancária de terceiros, de titularidade diferente.
<b>Agência:</b>	
<b>C/C:</b>	

**OBJETO**

Item	Especificação	Marca/Modelo	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Especificar o objeto com a <b>marca e modelo</b> do objeto cotado.		XXX		

- *Informar o preço finalizado na dispensa eletrônica.*
- *Divergências entre preço unitário e total, prevalecerá o resultado da multiplicação do preço unitário com duas casas decimais, pela quantidade.*

**VALIDADE DA PROPOSTA E PRAZO DE ENTREGA**

Validade da Proposta: _____ dias corridos. (pelo menos 60 dias corridos)
Prazo para entrega do objeto: _____ dias corridos. (no máximo 30 dias corridos)

**DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

Nome do responsável:
CPF:



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**CIDADE E DATA:**

Cidade:	Data:
---------	-------



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**AQUISIÇÃO DE BENS - Valor até R\$ 65.492,11\***

PROAD 8000/2026

JOSE  
MARCOS  
SANTOS  
DE  
CARVALHO  
02/07/2026 14:17

CLAUDIONOR  
DA SILVA  
02/07/2026 14:30

ERASMO  
DUQUE  
VALLE  
02/07/2026 15:08

**1 - Item identificador da demanda e descrição do objeto no PAC - Plano Anual de Contratações.**

**Objeto:** Aquisição de **dinamômetro de mão profissional, hidráulico**, destinado à mensuração de força muscular (preensão manual e/ou tração), a ser utilizado em testes de avaliação física dos Policiais Judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, conforme condições, especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste instrumento.

**PAC ID 16045:** Aquisição de dinamômetro para uso em atividade da Polícia Judicial do TRT12.

**SIGEO:** 151132026000270

**2 - Unidade Demandante e Unidade Gestora de Orçamento**

**Unidade Demandante:** SSI/PJ - Secretaria de Segurança Institucional/Polícia Judicial

**Unidade Gestora de Orçamento:** SSI/PJ - Secretaria de Segurança Institucional/Polícia Judicial

**3 - Justificativa e Fundamentação da Contratação**

A presente aquisição de dinamômetro profissional justifica-se pela necessidade de dotar o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região de instrumento **adequado e confiável para a realização de avaliações físicas e aferição da força muscular**



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

**dos Policiais Judiciais**, em consonância com as diretrizes institucionais de saúde ocupacional, segurança e aptidão funcional.

As atividades desempenhadas pelos Policiais Judiciais exigem condições físicas compatíveis com o exercício das atribuições do cargo, especialmente no que se refere à capacidade de resposta em situações de risco, contenção, vigilância e proteção de pessoas e patrimônio. Nesse contexto, a **aferição da força muscular**, em especial a força de preensão manual, constitui indicador relevante da aptidão física geral, sendo amplamente utilizada em protocolos técnicos de avaliação funcional.

Atualmente, verifica-se a ausência ou insuficiência de equipamento específico que permita a mensuração objetiva, padronizada e reproduzível dessa variável, o que compromete a qualidade e a confiabilidade das avaliações realizadas. A utilização de um dinamômetro profissional possibilitará maior precisão nos resultados, além de garantir maior segurança jurídica e técnica aos processos de avaliação física institucional.

Adicionalmente, a aquisição contribuirá para o monitoramento contínuo da condição física dos servidores, subsidiando ações preventivas voltadas à promoção da saúde, redução de afastamentos e melhoria da qualidade de vida no trabalho, alinhando-se às boas práticas de gestão de pessoas na Administração Pública.

Ressalta-se, ainda, que o objeto pretendido possui baixa complexidade e ampla disponibilidade no mercado, sendo sua aquisição viável por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 75, incisos I e II da Lei 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação e da necessidade de atendimento célere da demanda administrativa.

Dessa forma, a aquisição do dinamômetro profissional mostra-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, contribuindo diretamente para a melhoria dos processos de avaliação física e para o adequado desempenho das atividades institucionais.

Link para a página do Planejamento Estratégico Institucional:

[https://portal.trt12.jus.br/Planejamento\\_Estrategico/PE\\_2021\\_2026](https://portal.trt12.jus.br/Planejamento_Estrategico/PE_2021_2026)



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### 4 - Descrição da Solução (Objeto)

1. **Resumo do objeto:** Aquisição de **dinamômetro profissional** destinado à mensuração de força muscular (preensão manual e/ou tração), a ser utilizado em testes de avaliação física dos Policiais Judiciais do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, conforme condições, especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste instrumento.

#### 4.1 Especificação detalhada do objeto:

##### 4.1.1. Especificações Técnicas Mínimas

O equipamento ofertado deverá atender, no mínimo, às seguintes características:

##### 4.1.2. Tipo de Equipamento

- Dinamômetro hidráulico de mão;
- Equipamento portátil;
- Operação mecânico-hidráulica, sem necessidade de alimentação elétrica ou bateria para funcionamento principal.

##### 4.1.3 Faixa de Medição

- Capacidade mínima de medição: 0 kgf a 90 kgf;  
ou
- Escala equivalente em libras (lbs), com capacidade mínima de 200 lbs.

##### 4.1.4 Precisão

- Precisão mínima de  $\pm 2\%$  da leitura;
- Resolução mínima de 1 kgf ou equivalente.

##### 4.1.5 Mostrador

- Mostrador analógico de fácil leitura;
- Escala graduada em kgf e/ou lbs;
- Ponteiro de retenção de pico (“peak hold”) ou função equivalente para registro do maior valor aplicado.

##### 4.1.6 Empunhadura



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- Manopla ergonômica;
- Ajuste de empunhadura em múltiplas posições, mínimo de 5 regulagens, permitindo adaptação a diferentes tamanhos de mãos;
- Estrutura resistente à deformação e ao desgaste.

### 4.1.7 Construção e Material

- Corpo fabricado em aço, alumínio, liga metálica de alta resistência ou material equivalente;
- Sistema hidráulico selado;
- Acabamento resistente à corrosão e ao uso contínuo.

### 4.1.8 Ergonomia e Segurança

- Design anatômico para uso ambidestro;
- Bordas arredondadas e superfície que minimize desconforto durante o uso;
- Operação segura, sem risco de vazamento hidráulico em condições normais de utilização.

## 4.2 Requisitos de Desempenho

- Permitir medições repetitivas com estabilidade de leitura;
- Possuir desempenho adequado para uso profissional intensivo;
- Ser apropriado para avaliações clínicas, ocupacionais ou esportivas;
- Possibilitar higienização simples e segura.
- Essencial para diagnósticos precisos em laudos ergonômicos e evolução funcional.

## 4.3 Acessórios e Itens Inclusos

- Estojo ou maleta para transporte e armazenamento;
- Manual de instruções em português;
- Certificado de calibração ou declaração de conformidade do fabricante;
- Garantia mínima de 06 (seis) meses.
- Assistência técnica no Brasil

## 4.4. Condições de Aceitação



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- O equipamento deve ser novo, sem uso anterior;
- Esteja em linha de produção normal do fabricante;
- Atenda integralmente às especificações técnicas deste Termo;
- Seja entregue em embalagem original e lacrada.

### 4.5. Critérios de Equivalência

- Serão aceitos equipamentos equivalentes ou superiores tecnicamente, desde que comprovadamente compatíveis com todas as exigências estabelecidas nesta especificação.

### 4.6 Unidade de Fornecimento

- Unidade (UN).

### 4.7. Classificação CATMAT (sugestão)

- CATMAT sugerido: “Dinamômetro de mão / medidor de força de prensão manual”.

### 4.8 Prazo de entrega

O equipamento deverá ser entregue em até **30 dias** a partir da data de emissão da nota de empenho.

O equipamento deverá ser entregue no endereço indicado:

- Rua Esteves Júnior, 395, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-905

**Observação:** Nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o termo de contrato é facultativo no presente caso, razão pela qual esta Equipe de Planejamento manifesta-se por sua desnecessidade. A medida atende aos princípios da eficiência e da economia processual, visto que o objeto possui baixa complexidade técnica e o custo administrativo de um instrumento tradicional seria desproporcional à contratação. Ademais, a emissão de **[Nota de Empenho / Ordem de Serviço]** é juridicamente suficiente para vincular o fornecedor, assegurando a proteção do erário por meio das regras, prazos e sanções já previstos no Termo de Referência.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### 4.9. Ciclo de vida do objeto:

Estima-se que o ciclo de vida útil de um dinamômetro de mão hidráulico (como os modelos Jamar Hydraulic Hand Dynamometer Model 12-0600 User Manual ou Dinamômetro de Mão Saehan 5002 - Fisio Fernandes) varia entre 5 e 7 anos, dependendo diretamente da intensidade de uso, cuidados e manutenção preventiva.

## 5 - Sustentabilidade

A presente aquisição observa os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, buscando a seleção de equipamento que apresente adequado desempenho operacional aliado à redução de impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida.

O dinamômetro profissional hidráulico de mão caracteriza-se como equipamento de longa durabilidade, construído, em regra, com estrutura metálica resistente e sistema hidráulico selado, fatores que contribuem para a ampliação de sua vida útil e para a redução da geração de resíduos decorrentes de substituições frequentes.

Além disso, o equipamento opera sem necessidade de alimentação elétrica contínua, baterias descartáveis ou consumo permanente de energia, reduzindo impactos ambientais relacionados ao consumo energético e ao descarte de componentes eletrônicos.

Deverão ser priorizados equipamentos fabricados com materiais recicláveis ou de elevada resistência mecânica, bem como produtos que possibilitem manutenção corretiva e preventiva, favorecendo a economicidade e a sustentabilidade durante a execução contratual.

A contratada deverá observar, sempre que aplicável:

- a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis em seus processos produtivos e logísticos;
- o correto acondicionamento e transporte do equipamento;
- o fornecimento do produto em embalagem adequada, preferencialmente reciclável ou reutilizável;
- a conformidade com normas técnicas e regulamentações ambientais vigentes.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

A aquisição também atende ao princípio da eficiência administrativa, uma vez que a utilização de equipamento durável, preciso e de baixa necessidade de manutenção reduz custos operacionais e minimiza a necessidade de reposição prematura de bens permanentes.

[Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.](#)

[Link para página da Sustentabilidade](#)

[Material disponibilizado pela SECAD](#)

### **6 – Obrigações das partes**

#### **Listagem das obrigações da contratada (empresa) e do contratante (Tribunal)**

##### **Obrigações da contratada (empresa):**

São obrigações gerais da Contratada:

- a. proceder, no início da contratação, ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados;
- a. responsabilizar-se pela juntada, por meio do referido Sistema, dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas) nos termos da cláusula quatorze - da liquidação e pagamento;
- b. observar e cumprir, estritamente, os termos do termo de referência/orçamento apresentado, obedecendo a critérios e prazos acordados;
- c. manter em dia a documentação até a liquidação e pagamento da nota fiscal;
- d. prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- e. obedecer, no que couber, às normas do Código de Ética do Contratante  
acesso clicando no link  
[http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ascom/extranet/documentos/Resolucao\\_adm\\_006\\_2016.pdf](http://www.trt12.jus.br/portal/areas/ascom/extranet/documentos/Resolucao_adm_006_2016.pdf);
- f. responsabilizar-se pela entrega do objeto nas condições acordadas;
- g. corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material entregue, caso se verifique problemas de qualidade, defeitos de fábrica ou originários do carregamento e transporte



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

h. obedecer, no que couber, aos termos da Portaria Presi nº 340/2022, que regulamenta o procedimento para apuração de responsabilidade e eventual adoção de medidas decorrentes da violação de regras pertinentes aos processos de contratação ou descumprimento de obrigações contratuais.

i. Acesso no link:  
[http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img\\_legis/2022/061011340.pdf](http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2022/061011340.pdf)

### **São obrigações gerais da Contratada relativas à LGPD:**

- a. para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;
- b. dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;
- c. não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;
- d. não colocar o Contratante em situação de violação da LGPD;
- e. assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;
- f. assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;
- g. responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- h. cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;
- i. nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante."

### Obrigações do contratante (Tribunal):

São obrigações gerais do Contratante:

- a. acompanhar a execução do contrato;
- b. prestar os esclarecimentos solicitados pela contratada;
- c. efetuar os pagamentos devidos à contratada."

## 7 – Forma da contratação e Critério de seleção do fornecedor

### 7.1 Indicação da forma de contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021:

A presente contratação será realizada por meio de **dispensa** de licitação, com fundamento no **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021**, considerando tratar-se de contratação de baixo valor, observados os limites legais vigentes.

### 7.2 Justificativa da dispensa

A contratação por dispensa de licitação fundamenta-se no art. 75, incisos I e II da Lei 14.133/2021, considerando:

- O valor estimado da contratação dentro dos limites legais;
- A baixa complexidade do objeto;



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- A necessidade de aquisição célere para atendimento das demandas institucionais;
- A existência de ampla oferta de mercado, possibilitando pesquisa de preços eficiente.

### **7.3 Indicação do critério de julgamento dos orçamentos (menor preço por item, global ou por lote):**

**O critério de julgamento das propostas será o de menor preço**, adotando-se o julgamento por item ou global, conforme a natureza do objeto e a estratégia de contratação definida pela Administração.

### **7.4 Exclusividade para Microempresas - MEs e Empresas de Pequeno Porte - EPPs**

As contratações devem ser exclusivas para microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP por força da LC 123/2006.

### **7.5 Utilização do SDE**

Para a realização da pesquisa de preços e operacionalização da contratação deverá ser utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica (SDE), em conformidade com os normativos internos e disposições aplicáveis à matéria.

### **7.6 Indicação de aderência ao modelo de orçamento constante da página da Secad.**

Foi utilizado o modelo de orçamento constante da página da SECAD.

### **7.8 Análise dos orçamentos obtidos:**



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

ITEM	1		PREÇOS TOTAIS POR EMPRESA
DESCRIÇÃO DO OBJETO	Dinamômetro profissional, de mão, hidráulico.		
QUANTIDADE	01		
PREÇOS	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL POR ITEM	
CARCI Ind. e Com. de Aparelhos cirúrgicos e ortop.	3.520,00	3.520,00	3.520,00
TBW	4.950,00	4.950,00	4.950,00
FMC LTDA	4.085,91	4.085,91	4.085,91
Fox  Instrumentos LTda - Jamar	6.990,00	6.990,00	6.990,00
Lever Fix Ltda	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Fox  Instrumentos LTda - Shaen	5.770,00	5.770,00	5.770,00

### 8 – Recursos orçamentários

#### Indicação dos recursos para a aquisição e classificação orçamentária:

Há disponibilidade de recursos orçamentários para custear as despesas decorrentes da contratação e a demanda está prevista no orçamento da Unidade Gestora.

#### Programa de Trabalho:

**Natureza da Despesa: 4490.52** - Equipamento e Material Permanente

**Subelemento da despesa: 04** - Aparelhos de Medição e Orientação

### 9 - Informações complementares

#### Indicação do responsável por prestar esclarecimentos e seu contato:

**Nome: Claudionor da Silva**

**E-mail: ssi@trt12.jus.br**

**Telefone: 3216-4013**



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### **10 - Providências para adequação do Tribunal**

Nenhuma providência necessária.

### **11 - Contratações correlatas ou interdependentes**

**Contratações correlatas ou interdependentes:**

Não há contratação correlata ou interdependente.

### **12 – Análise de Riscos**

O mapa de Riscos foi elaborado em um documento separado.

### **13 – Gestão e Fiscalização**

**Atribuições dos membros da equipe de fiscalização:**

São atribuições do gestor:

- a. gerir a execução do ajuste;
- b. acompanhar as ações de fiscalização;
- c. diligenciar junto à empresa nos casos em que lhe forem solicitados pelo fiscal;
- d. realizar o recebimento definitivo.”

### **14 – Recebimento do objeto**

**Indicação das condições para o recebimento do objeto:**

As condições para o recebimento estão estipuladas nas Listas de Verificação para o recebimento, e liquidação e pagamento do objeto anexas ao presente termo de referência:

1. Termo de Recebimento Provisório
2. Termo de Recebimento Definitivo
3. Atestado de Conformidade para Pagamento da Nota Fiscal



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### 15 – Condições de pagamento

#### Indicação das condições para o pagamento:

A liquidação e o pagamento obedecerão o seguinte:

I - Os pagamentos serão realizados na forma do SIGEO JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária.

a) para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);

b) é de exclusiva responsabilidade da Contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo ao Contratante quaisquer responsabilidades pela falta de juntada ao sistema no prazo;

c) eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do email [seof@trt12.jus.br](mailto:seof@trt12.jus.br) ou telefone (48) 3216-4059.

d) as notas fiscais deverão ser juntadas pela Contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira e os documentos exigidos no edital e no contrato deverão ser encaminhados ao Núcleo de Análise e Liquidação da Despesa – NULAD;

e) o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis do Termo de Recebimento Definitivo. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência;

f) quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

g) havendo erro na(s) nota(s) fiscal(s)/fatura(s) ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será restituída ou será comunicada a irregularidade ao fornecedor, interrompendo-se o prazo para pagamento até que este providencie as medidas saneadoras.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

h) cabe à Contratada proceder ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados..”

### **16 – Penalidades**

#### **Indicação das penalidades a serem aplicadas em caso de inexecução parcial ou total:**

As penalidades pela inexecução total ou parcial do ajuste, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 são as seguintes:

- a) Multa de mora de 0,3% por dia sobre o valor do item em atraso, limitada a 10% do valor do item, sem prejuízo das demais sanções. Em caso de atraso superior a 30 dias, poderá a Administração, a seu critério, declarar a inexecução contratual.
- b) Multa por inexecução parcial de 5% sobre valor total do contrato.
- c) Multa por inexecução total de 15% sobre o valor total do contrato.

Penalidades da Contratada em face da LGPD:

O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados incidirá nas seguintes penalidades:

- a. até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;
- b. até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.
  - i. As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e, no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro.
  - ii. As penalidades previstas nas alíneas a e b não excluem a responsabilidade das empresas pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.

A regularidade fiscal e trabalhista deverá ser mantida durante a vigência da contratação, sob pena de aplicação de multa de 1% do valor da nota fiscal, cujo valor será retido dos créditos da empresa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### **17 - Declaração da viabilidade ou não da contratação**

De acordo com as análises do estudo preliminar, há viabilidade da contratação, consignando a existência de orçamento disponível para a aquisição.

### **18 - Equipe do Planejamento da Contratação**

#### **Integrante demandante:**

Nome: Claudionor da Silva  
Matrícula: 1192  
Lotação: SSI – Secretaria de Segurança Institucional  
Cargo: Agente de Polícia Judicial  
Nome da Função: Diretor de Secretaria  
E-mail: ssi@trt12.jus.br  
Ramal: 4089

#### **Integrante Demandante Substituto:**

Nome: Marcelo Henrique Sestren  
Matrícula: 1211  
Lotação: SSI - Divisão de Inteligência e Contraineligência  
Cargo: Agente de Polícia Judicial  
Nome da Função: Diretor de Divisão  
E-mail: ssi@trt12.jus.br  
Ramal: 42744089

#### **Integrante Técnico:**

Nome: José Marcos Carvalho  
Matrícula: 7026  
Lotação: DPJUD – Divisão de Polícia Judicial  
Cargo: Analista Judiciário  
Nome da Função: Chefe de Seção  
E-mail: ssi@trt12.jus.br  
Ramal: 4013

#### **Substituto do Integrante Técnico:**



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Nome: Sergio Agostinho  
Matrícula: 1354  
Lotação: Secretaria de Segurança Institucional - SSI  
Cargo: Técnico judiciário Nome da  
Função: Assistente Administrativo  
E-mail: sergio.agostinho@trt12.jus.br  
Ramal: 4013

### **Integrante administrativo:**

Nome: Erasmo Duque Vale  
Matrícula: 4307  
Lotação: CLC  
Cargo: Técnico Judiciário  
E-mail: erasmo.vale@trt12.jus.br  
Ramal: 4136

### **Substituto do Integrante Administrativo:**

Nome: Maurício Luiz Moresco  
Matrícula: 7384  
Lotação: CLC  
Cargo: Técnico judiciário  
E-mail: mauricio.moresco@trt12.jus.br  
Ramal: 4008

**Data:** Florianópolis, 02 de julho de 2027